



PREFEITURA DE
Guararema

LEI Nº 3745, DE 22 DE JULHO DE 2025

Institui o Programa para concessão temporária de auxílio aluguel decorrente de Calamidade Pública e Estado de Emergência, revoga a Lei Municipal nº 2672, de 14 de janeiro de 2010 e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAREMA APROVA E
EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Fica instituído o Programa de concessão temporária de auxílio aluguel, a ser gerido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Longevidade, ou outra que venha a substituí-la, destinado a subsidiar a locação de moradia para famílias ou indivíduos desabrigados em decorrência de calamidade pública e situação de emergência, reconhecidas pelo Poder Executivo e devidamente homologadas pelo Poder Público Estadual.

Art. 2º O Programa de que trata esta Lei, tem por objetivo a concessão temporária de subsídio por transferência bancária, em caráter emergencial e transitório, por parte do Poder Executivo Municipal a famílias ou indivíduos desabrigados em decorrência de calamidade pública e estado de emergência.

Art. 3º Para fins desta Lei, consideram-se famílias ou indivíduos em situação de risco ou de emergência aqueles cuja moradia foi destruída ou interditada em decorrência das circunstâncias previstas no art. 1º desta Lei.

§ 1º A destruição e interdição do imóvel será reconhecida por ato conjunto da Comissão Municipal de Mitigação de Riscos Naturais, composta por membros da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Longevidade, da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Transporte e da Secretaria Municipal de Obras, Meio Ambiente e Bem-Estar Animal, facultada ser integrada por outras Secretarias Municipais, instituída por ato do Executivo Municipal e vinculada ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Guararema - COMPDEC.

§ 2º As áreas afetadas pelos eventos naturais serão vistoriadas pelos



membros da COMDEC e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Longevidade, que emitirão Relatório do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres.

Art. 4º Para habilitar-se no Programa, os interessados, além de preencherem os requisitos específicos previstos nesta Lei, deverão apresentar:

- I** - formulário de requerimento disponibilizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Longevidade, devidamente preenchido e assinado pelo requerente ou seu procurador;
- II** - cópia de documento de identificação e do CPF do requerente;
- III** - documentos que comprovem vínculo com a propriedade do imóvel afetado pelo desastre natural;
- IV** - renda mensal familiar igual ou inferior a 2(dois) salários mínimos;
- V** - residir no Município há, no mínimo, 1 (um) ano;
- VI** - não possuir outro imóvel de sua titularidade e/ou posse, seja no Município de Guararema ou fora dele;
- VII** - estar legalmente inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Parágrafo único. Na composição da renda familiar será considerada a totalidade do rendimento bruto dos membros da família, oriundo do trabalho ou de outras fontes legais de qualquer natureza.

Art. 5º Caso o morador preencha os requisitos previstos no art. 4º desta Lei, exceto o inciso III, e figurar como locatário do imóvel, deverá apresentar documentação complementar que comprove sua incapacidade de arcar com novo contrato de locação, situação que será avaliada pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e da Longevidade, com a autorização do Prefeito Municipal, para ingresso no Programa.

Art. 6º O valor máximo do benefício corresponderá à importância de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).

§ 1º O tempo inicial de permanência no Programa será de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por uma única vez, por igual período, desde que a necessidade seja devidamente comprovada por meio de relatório social e econômico emitido pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Longevidade.



§ 2º O auxílio-aluguel poderá ser acumulado com outros benefícios sociais, desde que não tenham a mesma finalidade.

Art. 7º O benefício deverá ser utilizado exclusivamente para o pagamento de aluguel de imóveis de terceiros e/ou alternativas de hospedagem, desde que expressamente justificadas.

§ 1º Somente poderão ser objeto deste benefício os imóveis para locação situados no Município de Guararema.

§ 2º Em caráter excepcionalíssimo, nos casos de evento danoso ou desastre natural que inviabilize a locação de imóvel no Município de Guararema, o benefício de que trata esta Lei poderá ser utilizado para a locação em município limítrofe, desde que o imóvel esteja situado em um raio máximo de 40 (quarenta) quilômetros de distância do território de Guararema, deliberado pela Comissão Municipal de Mitigação de Riscos Naturais de que trata o § 1º do art. 3º desta Lei, e com aprovação do Prefeito Municipal.

§ 3º O beneficiário fica obrigado a apresentar mensalmente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Longevidade o comprovante e/ou recibo do pagamento de aluguel do imóvel locado e/ou de hospedagem, que emitirá parecer sobre a sua regularidade, com posterior encaminhamento à Comissão Municipal de Mitigação de Riscos Naturais.

§ 4º A liberação mensal do benefício do auxílio aluguel fica condicionada à apresentação pelo beneficiário da documentação de que trata o § 3º deste artigo.

Art. 8º O Município de Guararema não será responsável por ônus financeiros ou legais decorrentes de eventuais infrações contratuais entre o beneficiário e locador do imóvel, incluindo taxas, tarifas, danos causados ou despesas de manutenção do imóvel.

Art. 9º Compete à Comissão Municipal de Mitigação de Riscos Naturais:

- I** - analisar a documentação apresentada pelo requerente e deliberar sobre o valor e o prazo do benefício;
- II** - receber e analisar o parecer da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Longevidade sobre o pagamento do aluguel pelo beneficiário;
- III** - revogar o benefício, quando julgar conveniente, mediante



PREFEITURA DE
Guararema

decisão justificada, independentemente de notificação prévia;

IV - deliberar sobre os casos omissos e demais situações relacionadas à aplicação desta Lei.

Art. 10. A Comissão Municipal de Mitigação de Riscos Naturais se reunirá sempre que necessário, na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Longevidade, ou em espaço por ela designado.

Art. 11. Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Longevidade, por meio de sua equipe técnica, acompanhar o beneficiário até o encerramento da concessão temporária do benefício, a fim de verificar o cumprimento desta Lei durante toda a vigência do Programa.

Art. 12. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 13. O Poder Executivo regulamentará esta Lei por Decreto, no que couber.

Art. 14. Fica revogada a Lei Municipal nº 2672, de 14 de janeiro de 2010.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAREMA, 22 DE JULHO DE 2025.



Assinado de forma digital por
JOSE LUIZ EROLES
FREIRE:06596583805
Dados: 2025.07.22 15:25:57 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader:
2025.001.20531

JOSÉ LUIZ EROLES FREIRE
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado na Secretaria Municipal Administração e publicado na Portaria Municipal na mesma data.



Assinado de forma digital por
JULIANA LEITE DA
SILVA:25469557804
Dados: 2025.07.22 17:52:17 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader:
2025.001.20577

JULIANA LEITE DA SILVA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO